

## RELATO DE EXPERIÊNCIA: A POLIVALÊNCIA NO ENSINO DE ARTES

Letícia May de Paula <sup>1</sup>  
Roberta Ravaglio Gagno <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho traz à luz um tema hodierno na atividade docente de diversos arte-educadores: como lecionar em quatro áreas divergentes tendo formação em uma só. Ao entrar em sala de aula como pibidiana de música os desafios vão além dos previstos no curso universitário. Parte-se do pressuposto que um estudante de licenciatura, quando se forma em uma área específica, aprende metodologias, técnicas, repertório de atividades, conteúdos, aprofundamento teórico e prático naquela área específica, logo, quando lhe é exigido aptidão didática em uma área à qual não lhe pertence, o processo de ensino aprendizagem pode ficar comprometido. À vista disso, esse trabalho vem refletir, a partir de um relato de experiência do PIBID em uma escola de Educação Básica de primeira etapa do Ensino Fundamental de Curitiba, sobre o impacto da polivalência na formação docente e discente. Durante a participação da autora, como pibidiana, pode-se realizar uma observação espontânea e participante da realidade vivenciada em muitas escolas. Esse estudo visa compartilhar essas experiências e reflexões sobre bases teóricas que discutem a referida temática como, Sobreira (2008), Penna (2014). A metodologia deste estudo é qualitativa. Apresentam-se análises significativas da coleta de dados das fontes pesquisadas.

**Palavras-chave:** PIBID, Polivalência, Formação docente.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo relatar as vivências de uma pibidiana do Subprojeto de Música da UNESPAR – Campus I, em uma escola pública de Educação Básica, na primeira etapa do Ensino Fundamental, no município de Curitiba. Busca-se discutir a dificuldade que alguns estudantes de Licenciatura em Música enfrentam ao se adaptar ao contexto pedagógico do ensino multidisciplinar de artes nas escolas públicas. Essa problemática será analisada e relacionada a referenciais teóricos que abordam a polivalência no ensino da arte, a desvalorização desse componente curricular, sua importância no currículo da educação básica brasileira e a legislação que regulamenta sua presença nas escolas.

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual do Paraná - Campus Curitiba I, [leticiamay2011@hotmail.com](mailto:leticiamay2011@hotmail.com);

<sup>2</sup> Roberta Ravaglio Gagno: doutora em educação, Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, [roberta.ravaglio@unespar.edu.br](mailto:roberta.ravaglio@unespar.edu.br);



A polivalência no ensino da arte, discutida por autores como Marques (2021), Cunha e Lima (2020), entre outros pesquisadores que se dedicam ao estudo da arte na educação básica brasileira, constitui um desafio recorrente no cotidiano de arte-educadores em diversas regiões do país. A necessidade de exercer a docência em quatro linguagens artísticas diferentes levanta questionamentos sobre o processo de formação desses profissionais e sobre o mercado de trabalho no qual estão inseridos.

Neste relato de experiência, serão articuladas as vivências de uma estudante de Licenciatura em Música ao ingressar no PIBID, no Subprojeto de Música da UNESPAR, com estudos, análises e reflexões produzidas por arte-educadores, professores de Música e pesquisadores da área. Além disso, serão abordados aspectos históricos da inserção da arte-educação no Brasil, bem como a legislação vigente em âmbito nacional e municipal que regulamenta a presença e a organização do componente curricular arte nas escolas de Educação Básica, especialmente na primeira etapa do Ensino Fundamental.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de um relato de experiência fundamentado na metodologia de pesquisa-ação. Essa abordagem metodológica foi escolhida por possibilitar a articulação entre prática e reflexão, permitindo que o pesquisador participe ativamente do contexto investigado ao mesmo tempo em que analisa criticamente os processos vivenciados.

A pesquisa-ação se caracteriza pela investigação realizada no próprio contexto da prática educativa, envolvendo a participação direta da autora nas atividades desenvolvidas e a constante reflexão sobre elas (ENGEL, 2000).

Nesse sentido, o estudo foi desenvolvido a partir das vivências de uma bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), integrante do subprojeto de Música da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – Campus I). A experiência ocorreu em uma escola pública municipal de Curitiba, no contexto das aulas do componente curricular arte nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Durante a participação no programa, as aulas ministradas pela professora regente da disciplina foram acompanhadas, sendo oferecido auxílio nas atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, orientando os estudantes na execução das propostas didáticas. As reflexões apresentadas neste artigo foram construídas a partir da observação participante, das experiências vivenciadas no cotidiano escolar e do diálogo com os referenciais teóricos da área de arte-educação e educação musical.

A análise das experiências relatadas foi realizada de forma interpretativa, buscando relacionar as situações observadas no contexto escolar com discussões teóricas sobre a polivalência no ensino da arte, a formação de professores e a organização curricular desse componente na Educação Básica. Dessa forma, a pesquisa-ação possibilitou compreender as dificuldades enfrentadas por licenciandos em Música ao se depararem com o ensino multidisciplinar das linguagens artísticas, bem como refletir sobre os impactos dessa realidade na formação docente e na qualidade do ensino oferecido aos estudantes.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisarmos a situação do ensino do componente curricular arte no Brasil hoje, faremos uma breve retomada da história dessa disciplina na Educação Brasileira.

A Educação Artística no Brasil se dá desde a era colonial, onde os jesuítas usavam o ensino das artes visuais como maneira de catequizar os povos que viviam naquela terra recentemente invadida. Alguns séculos depois, com a Missão Artística Francesa, se iniciou uma educação artística formal que dava foco às artes visuais, escultura e arquitetura, porém seguindo os modelos europeus (SANTOS et al., 2024). Com a Semana de Arte Moderna, no séc XX, se deu início ao movimento arte-educação, que tomou interesse na expressão artística infantil (BACARIN, NOMA, 2005), e, junto com o movimento escolanovista, impulsionou uma reforma no sistema educacional brasileiro, inserindo a arte no ensino primário (SANTOS et al., 2024). O ensino da arte apareceu na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação na Lei nº 4.024/1961, que incorporou oficialmente a arte no currículo escolar, mencionando, superficialmente, a sua presença no ensino primário, médio, técnico e superior, nunca de forma obrigatória (BRASIL, 1961). Já em 1971, a Lei nº 5.692/1971 determina:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969 (BRASIL, 1971).

Fazendo dessa, a primeira inclusão obrigatória da arte no currículo brasileiro. Em 1996, a Lei nº 9.394/1996, divide o ensino artístico em 4 modalidades: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, obrigatório por todas as fases do ensino básico.

Em 2008, entra em vigor a Lei 11.769/2008, onde se articula que a Música seria componente obrigatório, mas não exclusivo, do Componente Curricular de Artes (Brasil, 2008). O Art. 2º da Lei 11.769/2008 visava incluir a exigência de que o Ensino da Música fosse ministrado por profissionais formados na área. Esse artigo foi vetado com a seguinte justificativa:

[...]a música é uma prática social e que no Brasil existem diversos profissionais atuantes nessa área sem formação acadêmica ou oficial em música e que são reconhecidos nacionalmente. Esses profissionais estariam impossibilitados de ministrar tal conteúdo na maneira em que este dispositivo está proposto.[...](Brasil, 2008)

Sobreira (2008, p.46) comenta sobre esse ocorrido apontando que “a justificativa para o veto comprova que o ensino de música e a educação musical no Brasil são vistos por nossos governantes sob uma ótica estreita e desfigurada de seus reais propósitos”.

Penna (2014), ao analisar a legislação e os termos normativos acerca do ensino da música na escola chama atenção para a lacuna que a Lei nº 9.394/1996 deixa em relação ao Ensino da Arte na educação pública. A LDB de 1996 é rasa sobre o tipo de formação que os educadores de artes devem ter, fazendo com que o componente curricular caia nas mãos de um profissional não especializado na área, e deixa flexível para que os estabelecimentos de ensino decidam como irão tratar a matéria de artes:



[...] essa flexibilidade permite que as escolhas das escolas não contemplem todas as linguagens, o que é bastante provável, diante da carga horária de Arte, em geral muito reduzida, e ainda pela questão da disponibilidade de professores qualificados e os critérios financeiros de contratação (Penna, 2014, p.24 ).

Para falar da polivalência, é necessário entender bem as implicações da palavra, ao começar pela sua origem híbrida, que mistura o grego *polys* (muitos), com o latim *valens* (valores). A característica de algo que tem “muitos valores” pode ser atrelada a vários substantivos e contextos, porém, na condição do trabalho humano, Cunha e Lima (2020) nos dão a seguinte definição:

Aplicada à capacidade humana, a polivalência está relacionada à versatilidade multifuncional, a capacidade prática de exercer multitarefas. O sujeito polivalente possui habilidades úteis às diferentes situações, contextos e funções. Etimologicamente, polivalente é aquela pessoa capaz de transitar bem em diferentes áreas e/ou técnicas.

A polivalência na esfera profissional é, por alguns, relacionada ao capitalismo financeiro, onde “condensar os profissionais e torná-los múltiplos em suas práticas, uma pessoa capaz de realizar inúmeras tarefas ao mesmo tempo e com muitas especialidades” (MARQUES, 2021, p.29825) gera menos gastos e mais lucro para os contratantes desses profissionais.

Cunha e Lima (2020) alegam que, no ensino da arte, a polivalência faz com que a arte seja desvalorizada, assim que os educandos e a comunidade escolar percebem que o conteúdo que está sendo trabalhado é ministrado de forma incorreta e superficial:

O professor com formação específica, quando assume aulas em um currículo polivalente, ensina o que não estudou, conseqüentemente, essas atividades contribuem muito pouco para uma formação artística humanizadora (CUNHA, LIMA, 2020, p.100).

Sobre isso, Benites (2021, p.47) fala que a “polivalência acarreta a precarização do ensino que também não leva em conta a falta de recursos e infraestrutura adequadas para o desenvolvimento de todas as linguagens artísticas”.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A polivalência do ensino da arte se tornou uma atribuição muito presente na rotina de pibidianos do subprojeto de Música da UNESPAR pois está presente nas Escolas Municipais de Educação Básica de primeira etapa do Ensino Fundamental de Curitiba-PR. Nesse Sistema de Ensino a Secretaria Municipal de Educação (SME) estabelece que o Componente Curricular Arte seja dividido em 3 trimestres de forma que, o 1º trimestre seja dedicado às Artes Visuais, o 2º trimestre seja dedicado à Música, e o 3º trimestre seja dedicado à Dança e ao Teatro, como é ilustrado na imagem abaixo:

Figura 1 - Mapa Curricular de Arte-Anos Iniciais





## Mapa Curricular de Arte – Anos Iniciais

TEMA	CICLO I			CICLO II	
	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO	5.º ANO
<b>Objetivo do ciclo</b>	Reconhecer os elementos das linguagens artísticas entendendo-os como aqueles que compõe a materialidade das produções artísticas, aliada as questões culturais em diferentes tempos e espaços.			Utilizar-se dos elementos das linguagens artísticas entendendo-os como aqueles que compõe a materialidade das produções artísticas, aliada as questões culturais em diferentes tempos e espaços.	
<b>1.º Trimestre Artes Visuais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Arte Abstrata, iniciação à figuração;</li><li>Linguagem pictórica;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Retrato;</li><li>Figuração;</li><li>Autorretrato;</li><li>Composição;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Passagem;</li><li>reproduções cartográficas;</li><li>Coleção (conservação)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Cultura Brasileira e manifestações estéticas; Arte indígena Brasileira, Arte Africana, Arte Europeia;</li><li>Arte popular;</li><li>Patrimônio cultural: material e imaterial;</li><li>Cartolina;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Arte Contemporânea;</li><li>associação histórica e de aparatos nas formas instituídas de arte;</li></ul>
<b>2.º Trimestre Música</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Cantoneiro popular;</li><li>Música de concerto brasileira;</li><li>Jogos de música à capela, canções de roda, parlendas, brincadeiras cantadas e ritmicas;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Músicas e canções para crianças;</li><li>Música de concerto brasileira;</li><li>Registro gráfico alternativo;</li><li>Jogos de música e corpo, etc;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Música de câmara popular brasileira;</li><li>Passagens sonoras na perspectiva da música contemporânea;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Música popular brasileira: diferentes manifestações estéticas;</li><li>Diferentes formações de grupos instrumentais populares;</li><li>Classificação dos instrumentos musicais;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Música de concerto do mundo;</li><li>Instrumentos de erretos;</li><li>Música de sala, jogos de música e capela;</li><li>Registro gráfico alternativo;</li></ul>
<b>3.º Trimestre Teatro</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Brincadeiras infantis e suas possibilidades cênicas;</li><li>Teatralidades na literatura infantil;</li><li>Jogos Cênicos;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Corpo e relação com diferentes espaços;</li><li>Rituais cênicos;</li><li>Jogos cênicos;</li><li>Formação de plateia;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Teatro de animação;</li><li>Práticas cênicas com míscaras;</li><li>Jogos cênicos;</li><li>Artes e Artesias;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Práticas e convenções teatrais a partir de diferentes heranças dramáticas;</li><li>Jogos Cênicos;</li><li>Formação de plateia;</li><li>Práticas cênicas e sua relação com aspectos históricos do teatro;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Teatralidades presentes em produções autorais;</li><li>Corpo em relação a diferentes espaços;</li><li>Jogos Cênicos;</li><li>Formação de plateia;</li></ul>
<b>3.º Trimestre Dança</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Canções de roda e brincadeiras e fatos de diferentes culturas;</li><li>O corpo e suas possibilidades;</li><li>Lugares e espaços para a dança;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Dança nas festas populares e manifestações culturais locais;</li><li>Espacos de dança na cidade;</li><li>O corpo e suas possibilidades de movimentação;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Danças manifestações da cultura regional;</li><li>Grupos e companhias de dança parcerias;</li><li>Organização do palco e espaços de apresentação;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Danças brasileiras ou etnicz africanas e indígenas;</li><li>Inovação de movimentos;</li><li>Híbridos;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Dança contemporânea;</li><li>A dança em diferentes espaços midiáticos;</li><li>Tecnologia e dança;</li><li>Processo coreográfico;</li></ul>

Fonte: SME(2020)

O bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência) do subprojeto de música que ingressa em uma sala de aula da Educação Básica e acompanha uma professora de arte, tem alguns choques quanto à rotina na sala de aula. Em uma Licenciatura em Música, a matriz curricular abrange matérias de pedagogia, música e ensino da música, mas não sobre artes visuais, teatro e dança, fazendo com que o primeiro contato com o ensino básico seja um pouco nebuloso. Para lecionar com confiança, o bolsista do PIBID precisa, por exemplo, ter entendimento sobre tópicos como: arte abstrata, arte contemporânea, autorretrato e figuração, conteúdos de artes visuais; ele precisa de experiência com jogos cênicos, formação de plateia e teatro animado, que são conteúdos de teatro; e danças populares, dança contemporânea e processo coreográfico, que são conteúdos de dança.

A partir das vivências em sala de aula surgem dúvidas sobre como fazer o planejamento de uma aula de artes visuais, um planejamento de teatro e um de dança se o bolsista pouco entende dessas áreas. Ao se deparar com os conteúdos sente-se a falta de técnicas e conhecimentos aprofundados sobre o assunto para engajar os alunos naquela área. Se o Bolsista de Iniciação à Docência (BID) de Licenciatura em Música entende a sua falta de preparo para lecionar em áreas divergentes de sua formação, também imagina como seria a formação dos alunos da Educação Básica no componente curricular de música quando lecionado por alguém não formado naquela área. Como Benite (2021) afirma a polivalência precariza o ensino.

O primeiro trimestre das aulas no município de Curitiba é o de artes visuais e para nós, licenciandos de música, torna-se o mais desafiador. O professor regente faz o planejamento das atividades a serem aplicadas em sala de aula baseados nos materiais e apostilas disponibilizados pela prefeitura, o pibidiano tem o dever de auxiliar o professor regente a acompanhar os alunos e auxiliá-los para melhor compreensão do conteúdo aplicado. O problema nessa situação é que, uma grande parte das vezes, o conteúdo que está sendo



apresentado pelo professor regente também está sendo visto pela primeira vez pelo BID, colocando-o em uma posição em que ele precisa auxiliar o ensino de um aluno sobre um assunto que não lhe é dominado.

O trimestre de Música é o mais confortável, o BID de música está dentro da sua área de domínio e tem muito mais facilidade para acompanhar e auxiliar o professor regente. Os conceitos de teoria e prática musical como, as propriedades do som, a leitura de partitura, as figuras rítmicas, as famílias dos instrumentos, e a técnica de uso de instrumentos, já fazem parte do cotidiano desse bolsista. Dessa forma, quando um aluno encontra dificuldade em uma atividade proposta, o bolsista já tem um olhar mais sagaz para entender como direcionar o pensamento e, em casos de prática musical, o movimento do aluno para alcançar o melhor resultado.

No terceiro trimestre, a estranheza se torna novamente. O pibidiano se encontra na posição de auxiliar em duas áreas que ele não domina, teatro e dança, a insegurança nesse conteúdo vai transparecer na hora que ele for passado para o aluno da escola. A falta de domínio técnico e teórico acarretará em respostas e explicações inadequadas que não condizem com a veracidade daquele conteúdo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada licenciando de Música, em sua singularidade, pode, ou não, ter mais afinidade com alguma linguagem artística que não seja a sua de formação superior, um professor de música pode entender um pouco de desenho, ou de dança, ou de teatro, ou ele pode entender somente de música. Habilidades com outras linguagens artísticas são muito úteis no contexto da polivalência do ensino de artes, porém, elas não são garantidas a todos os profissionais. A contratação de um professor deveria ser feita a partir de habilidades formalizadas e verificadas, no contrário o professor pode facilmente ensinar conceitos e técnicas errôneas para os seus alunos.

Os sistemas precisam se organizar para ter profissionais capacitados em todas as áreas e garantir que os conteúdos cheguem aos estudantes da Educação Básica com um embasamento científico correto. Isso só será possível com a contratação de profissionais formados nas diversas áreas das Artes. Nos cursos de Licenciatura a formação se dá por quatro anos de conteúdos específicos e aprofundados. Não é possível passar sua especificidade para outro profissional formado em outra linguagem. Por exemplo, é possível a um professor de Língua Portuguesa ministrar aulas de Matemática?

A polivalência pode oferecer um certo benefício financeiro para o órgão contratante do educador, mas o barateamento da Educação traz precarização e má formação aos alunos. Urge um ambiente de trabalho e ensino onde as linguagens artísticas dadas como direito do aluno de Educação Básica, sejam ensinadas e administradas por profissionais que as entendam e admiram profundamente, proporcionando assim, a formação de cidadãos repletos de letramento cultural.

## AGRADECIMENTOS



Dedico este trabalho, primeiramente a CAPES, pelo programa PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) que me proporcionou a oportunidade de executar este trabalho. Agradeço à UNESPAR - Campus Curitiba I, e todo o seu corpo docente, pelos ensinamentos, oportunidades e espaço para me desenvolver como musicista e como professora. Também agradeço ao Gabriel Fragoso por ter me dado todo o incentivo e apoio que precisei. E, finalmente, agradeço à minha orientadora Roberta Ravaglio pela paciência e auxílio durante toda a elaboração deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BACARIN, Lígia ; NOMA, Amélia. História do movimento da Arte-Educação no Brasil. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2005. Disponível em: <https://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1367.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL, Congresso Nacional. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. **Portal da Câmara dos Deputados**, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL, Congresso Nacional. LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. **Portal da Câmara dos Deputados**, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL, Congresso Nacional. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Planalto**, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais). Acesso em: 13 mar. 2026.

BENITES, Rita . A desvalorização do ensino da arte no Brasil: origens e alguns aspectos. **Revista Trilhas da História**, 2021. Disponível em: [file:///Users/leticiamaydepaula/Downloads/luizbento,+2%20\(1\).pdf](file:///Users/leticiamaydepaula/Downloads/luizbento,+2%20(1).pdf). Acesso em: 13 mar. 2026.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. **Educar em revista**, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dDzflYyDpPZ3kM9xNSqG3cw/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2026.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: I – analisando a legislação e termos normativos. **Revista da ABEM**, 2014. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/358>. Acesso em: 13 mar. 2026.



SANTOS, Adécio Machado ; FELISBINO, Felipe; TENCONI, Daniel. A história da educação artística no Brasil: Um breve estudo sobre políticas e práticas pedagógicas. **LUMEN ET VIRTUS**, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/440>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SOBREIRA, Sílvia . Reflexões sobre a obrigatoriedade da música nas escolas públicas. **Revista da ABEM**, 2006. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/247/179>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MARQUES, Walter *et al.* A polivalência como banalização da educação no ensino de arte e políticas públicas: como ser 4 sendo 1?. **Brazilian Journal of Development**, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/26925/21299>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CUNHA, Daiane; LIMA, Sonia. A interligação da polivalência com a interdisciplinaridade e o ensino integrado das artes. **Revista Música**, 2020. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/a-interligacao-da-polivalencia-com-a-interdisciplinaridade-e-41d3aovuzg.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2026.

